



AZ@BXL

Número: 381

Data: 2025.11.14

No título: "Desenhos abertos 3" (2020)

Créditos: Nascida na ilha de São Miguel em 1993, Beatriz Brum é uma artista plástica que desenvolve as suas obras a partir da pesquisa sobre a luz e da forma como ela se materializa, tendo também a cor e a forma como elementos centrais do seu trabalho. É licenciada em Artes Plásticas pela ESAD (Escola Superior de Artes e Design) de Caldas da Rainha, onde também concluiu os mestrados em Gestão Cultural (2017) e Artes Plásticas (2019). Em 2015, a artista venceu o Prémio Jovens Criadores do festival de arte Walk&Talk com o seu projeto "Reflexos" e, mais recentemente, foi agraciada com o prémio de pintura António Dacosta, promovido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, em 2020. A obra de Beatriz Brum tem sido exposta em diversos locais, dentro e fora da Região Autónoma dos Açores, incluindo participações em exposições em Lisboa e junto das comunidades açorianas nos Estados Unidos, em Fall River.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[Comissão lança Escudo Europeu da Democracia e Estratégia para a Sociedade Civil](#)
[Comissão Europeia lança Bússola Cultural para reforçar o papel da cultura na Europa](#)
[Eurodeputados pedem lei para regulamentar a gestão algorítmica no trabalho](#)
[Tribunal de Justiça da União Europeia confirma validade da diretiva sobre salários mínimos adequados](#)
[Europa e América Latina reforçam laços na Cimeira CELAC-UE](#)
[Comissão Europeia anuncia financiamento recorde para Erasmus+ 2026](#)
[Comissão Europeia publica orientações para apoiar pescadores artesanais e reforçar a transparência na gestão das pescas](#)



17 de novembro



Conselho dos Assuntos Gerais, 17 de novembro de 2025

Os ministros dos Assuntos da UE darão início à preparação do Conselho Europeu de dezembro e realizarão um debate de orientação sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) da UE para 2028-2034. O Conselho fará igualmente o ponto da situação das relações UE-Reino Unido. A Comissão apresentará o seu programa de trabalho para 2026, e os ministros procederão a uma troca de pontos de vista. No contexto do diálogo anual sobre o Estado de direito, o Conselho realizará debates específicos por país relativos à Bulgária, à Chéquia, à Irlanda e à Alemanha. Durante um almoço de trabalho, os ministros debaterão o futuro da Europa.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



Conselho (Agricultura e Pescas), 17 de novembro de 2025

Os ministros da Agricultura e das Pescas, reunidos no Conselho, realizarão um debate temático sobre a PAC pós-2027, centrando-se na segurança alimentar e na orientação do apoio. Haverá também debates sobre questões agrícolas relacionadas com o comércio, incluindo relações mais estreitas entre a UE e a Ucrânia.

No que diz respeito às pescas, os ministros trocarão pontos de vista sobre as propostas da Comissão relativas às possibilidades de pesca no Atlântico e no mar do Norte e, em seguida, às possibilidades de pesca no Mediterrâneo e no mar Negro.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



C4T GROUNDWORK convite à apresentação de candidaturas para assistência técnica

O C4T GROUNDWORK presta assistência técnica e ajuda aos Estados-Membros, às regiões e às autoridades locais da UE a tirar o máximo partido dos recursos ao abrigo do [Objetivo Político 2](#) (OP2) «Uma transição mais ecológica e com baixas emissões de carbono para uma economia com emissões líquidas de carbono nulas e uma Europa resiliente» da Política de Coesão no período 2021-2027.

O apoio especializado é oferecido às partes interessadas diretamente envolvidas nos investimentos programados no âmbito do PO2 ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e/ou do Fundo de Coesão (FC).

Na segunda-feira, 27 de outubro de 2025, das 15h00 às 16h00 (CET) irá decorrer uma sessão informativa online, durante a sessão, representantes da Comissão Europeia e do Secretariado C4T responderão a perguntas e fornecerão orientações sobre o C4T GROUNDWORK. Pode inscrever-se para participar na sessão através deste [link](#).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este convite à [apresentação de candidaturas](#), que encerram a 17 de novembro (23h59 CET), bem como consultar o [Catálogo de Inspiração](#) e as [Perguntas Frequentes](#) do C4T GROUNDWORK ou entrar em contacto com o Secretariado C4T GROUNDWORK através do e-mail secretariat@cohesion4transitions.eu.

Até 18 de novembro

Consulta Pública: Produção biológica — atualizações específicas e simplificação

Esta iniciativa atualiza as regras relativas à produção biológica a fim de: proporcionar clareza e segurança às empresas no que concerne à importação de produtos biológicos ao abrigo do regime de equivalência, na sequência de um acórdão do Tribunal de Justiça da EU; prorrogar o reconhecimento das normas de produção biológica equivalentes de países terceiros além do atual prazo de 31 de dezembro de 2026, com vista a evitar perturbações do comércio; e, simplificar determinadas regras de forma direcionada para tornar a produção biológica da UE mais competitiva e reduzir a carga regulamentar.

O processo de consulta permanecerá aberto até 18 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 20 de novembro

Consulta Pública: Energia — Estratégia para o Aquecimento e o Arrefecimento

A Estratégia para o Aquecimento e o Arrefecimento terá por objetivo acelerar a descarbonização do aquecimento e do arrefecimento.

A estratégia visa: ajudar a introduzir tecnologias de energias renováveis e soluções de eficiência energética para a indústria, os agregados familiares e as empresas; resolver as ineficiências na ligação entre a oferta e a procura, bem como a nível do planeamento; promover a integração do aquecimento e do arrefecimento no sistema energético; elaborar um plano de ação para a energia geotérmica; e, explorar outras ações em matéria de captação direta de calor, por exemplo, através da energia solar térmica.

O processo de consulta permanecerá aberto até 20 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Consulta Pública: Plano de ação para a eletrificação

Se bem que a descarbonização do sistema elétrico da UE esteja a registar progressos constantes, a eletricidade representa ainda menos de 25 % do consumo final de energia.

É necessário desviar a procura de energia dos combustíveis fósseis e orientá-la para a eletricidade de modo: a alcançar as metas de descarbonização da EU; reforçar a eficiência do sistema; e, permitir aos consumidores que usufruam das vantagens das energias renováveis.

O plano de ação promoverá esta transição eliminando os principais obstáculos à sua concretização com base na legislação da UE em vigor e o Plano de Ação para a Energia a Preços Acessíveis.

O objetivo da consulta é recolher contributos, informações, dados e observações aprofundados e de elevada qualidade sobre as medidas necessárias para promover uma eletrificação eficaz em termos de custos e respeitadora dos sistemas.

A presente consulta pública está aberta até ao dia 20 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas), podendo apresentar [aqui](#) o seu contributo.

24 e 25 de novembro

Cimeira EU-União Africana

Os líderes da União Europeia e da União Africana reúnem-se em Luanda, Angola, nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, para a sétima cimeira UE-[União Africana](#) (UA). O encontro, será copresidido pelo Presidente angolano João Lourenço e pelo Presidente

do Conselho Europeu António Costa e contará também com a presença da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

A cimeira irá assinalar os 25 anos da parceira UE-UA e irá acontecer num momento em que Angola assume a presidência rotativa da organização africana.

Pode saber mais sobre a cimeira [aqui](#).

Até 26 de novembro



Consulta pública: Lei Quântica da UE

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de comentários para preparar a futura Lei Quântica da União Europeia, prevista para adoção em 2026.

A proposta assenta em três eixos: apoiar e coordenar a investigação e inovação da UE e nacional em tecnologias quânticas; estimular o investimento em infraestruturas quânticas e na industrialização de tecnologias quânticas; e monitorizar e proteger as cadeias de fornecimento quânticas críticas da UE.

A futura legislação basear-se-á na [Estratégia Quantum Europe](#) e servirá de complemento a instrumentos existentes como o [Regulamento da UE para Circuitos Integrados](#), a [Empresa Comum Europeia para a Computação de Elevado Desempenho](#) (Euro HPC) e a iniciativa [IRIS](#)².

As autoridades dos Estados-Membros, agências da UE, operadores de infraestruturas EuroHPC/EuroQCI, a indústria, incluindo pequenas e médias empresas, start-ups, organizações de investigação e universidades, bem como organismos de normalização e especialistas em cibersegurança, defesa e tecnologias quânticas, são convidados a contribuir.

As contribuições poderão ser submetidas através do portal “Dê a sua opinião” até ao dia 26 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

28 de novembro



Conferência Anual de Investigação

A Conferência Anual de Investigação (ARC) é realizada com o objetivo de levar à Comissão Europeia os resultados das mais recentes investigações académicas e promover o diálogo entre a investigação académica e a elaboração de políticas.

Todos os anos, a conferência aborda um tema relevante para a elaboração de políticas apoiadas em dados concretos na [Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros](#) (DG ECFIN) da Comissão e no [Centro Comum de Investigação](#) (JRC), coorganizadores da Conferência.

A edição deste ano irá explorar como a Inteligência Artificial e a inovação estão a remodelar a produtividade e a influenciar o futuro da política económica.

Este evento realizar-se-á a partir de um sistema híbrido, que permitirá aos interessados que não se possam deslocar a Bruxelas assistir às discussões em linha.

Pode consultar aqui o [programa](#) e [aqui](#) a página do evento.

Até 8 de dezembro



Comissão recolhe opiniões para a Visão Estratégica para o Desporto na Europa

A Comissão Europeia [abriu](#) uma consulta pública para recolher opiniões de cidadãos, atletas, treinadores e organizações sobre a futura comunicação política «Uma Visão Estratégica para o Desporto na Europa: Reforçar o Modelo Desportivo Europeu».

O objetivo é reforçar o papel do desporto como bem público, destacando o seu papel na saúde, educação, inclusão social, coesão europeia e competitividade económica. A participação da sociedade será fundamental para enfrentar desafios atuais e preservar o [Modelo Europeu do Desporto](#), assente em clubes fortes, iniciativas de base e comunidades desportivas locais.

O processo de consulta permanecerá aberto por 12 semanas no portal “[Dê a sua opinião](#)” e irá também permitir a apresentação de evidências e boas práticas.



Comissão lança inquérito para avaliar a Garantia Europeia para a Infância

A Comissão Europeia lançou um inquérito destinado a recolher as opiniões de crianças, jovens, pais e tutores sobre a aplicação da [Garantia Europeia para a Infância](#), uma iniciativa que visa assegurar a todas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social o acesso a serviços essenciais, como educação, cuidados de saúde, nutrição e habitação.

O [inquérito](#), disponível na Plataforma de Participação das Crianças da UE, estará disponível até 8 de dezembro de 2025. Os contributos recolhidos irão servir para melhorar a implementação da Garantia e integrar mais diretamente a voz das crianças no processo de formulação de políticas europeias.

Esta é uma iniciativa lançada no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e insere-se no compromisso da Comissão de reduzir a pobreza infantil e reforçar a inclusão social em toda a União. O feedback recolhido alimentará também os trabalhos da futura Estratégia Europeia de Combate à Pobreza, atualmente em [consulta pública](#) até 24 de outubro.

Até 10 de dezembro



Comissão procura obter informações sobre a futura Carta de Acesso dos Utilizadores Industriais às Infraestruturas de Investigação e Tecnologia

A Comissão lançou um inquérito [público](#) para recolher contributos das partes interessadas sobre a futura Carta de acesso dos utilizadores industriais às infraestruturas de investigação e tecnologia.

Com base na [Carta revista para o acesso às infraestruturas](#) de investigação, esta nova Carta destinar-se-á especificamente a facilitar o acesso das empresas. Facilitará o acesso das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão, às infraestruturas europeias de investigação e tecnologia de craveira mundial.

As partes interessadas são convidadas a [apresentar os seus pontos de vista sobre a conceção e o conteúdo da Carta](#) até 10 de dezembro de 2025. A Carta final deverá ser apresentada em 2026.

Pode obter mais informação [aqui](#).

Até 12 de dezembro



Consulta Pública: Bem-estar dos animais nas explorações para determinados animais: modernização da legislação da UE

Com base em dados científicos, nas reações das partes interessadas, na avaliação dos impactos económicos e sociais e tendo em conta as exigências da sociedade, esta iniciativa é uma etapa da revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais e dá também seguimento ao compromisso de eliminar progressivamente a utilização de gaiolas para determinados animais.

A fim de defender os seus valores, a UE procurará, em conformidade com as regras internacionais, reforçar o alinhamento das normas de produção em matéria de bem-estar dos animais aplicadas aos produtos importados.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 12 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dé a sua opinião](#)".

Até 15 de dezembro



Consulta Pública: Aviação — Regras da UE em matéria de serviços aéreos (revisão)

As atuais regras da UE em matéria de serviços aéreos abrangem domínios como os requisitos operacionais, a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de fixação de preços.

A iniciativa atualizará essas regras à luz dos ensinamentos retirados, nomeadamente durante a pandemia de COVID-19, a evolução da dinâmica do mercado e a evolução geopolítica e ambiental.

O objetivo é assegurar que o mercado interno da aviação da UE continue a ser centrado no consumidor, a preços acessíveis, fiável, social e ambientalmente sustentável e competitivo a nível mundial.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dé a sua opinião](#)".

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central “Garantir a alimentação e a agricultura da Europa”.

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do “EU Agri-Food Days 2025”](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 13 de janeiro



Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal [“Dê a sua opinião”](#) da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal [“Dê a sua opinião”](#) e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 23 de janeiro



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 24 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal "[Dê a sua opinião](#)" e o período de consultas decorrerá até ao **dia 24 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).



ACONTECEU



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Conselho e Parlamento chegam a acordo para simplificar a Política Agrícola Comum

A presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre a simplificação da Política Agrícola Comum (PAC). O objetivo é aumentar a competitividade da agricultura europeia, reduzindo a burocracia, apoiando os agricultores, incluindo os pequenos agricultores e as startups, incentivando a inovação e aumentando a produtividade.

Estas medidas de simplificação poderão conduzir a reduções significativas nos custos administrativos, tanto para os agricultores como para as administrações nacionais. De acordo com a avaliação inicial da Comissão, estas medidas de simplificação da PAC poderão representar poupanças anuais de até 1,6 mil milhões de euros para os agricultores e mais de 200 milhões de euros para as administrações dos Estados-Membros.

Os atos revistos constituem o denominado ‘Omnibus III’, proposto pela Comissão em maio de 2025. O pacote contém alterações ao regulamento do plano estratégico (RPE) e ao regulamento ‘horizontal’ sobre a Política Agrícola Comum.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre os principais elementos do acordo alcançado e [aqui](#) a reação do Parlamento Europeu.

Tudo o que precisa de saber sobre como registar o seu produto com indicação geográfica

Alguma vez se interessou pelo sistema de indicadores geográficos (IG) da UE para proteger produtos como o champanhe e o presunto de Parma? Talvez seja um produtor que procura obter o seu produto e saber como o reconhece? Ou talvez seja um consumidor à procura de mais informações sobre como estas distinções são atribuídas e mantidas?

O [novo guia sobre IG](#) explica em pormenor o processo de candidatura. Foi concebido para ser acessível, apelativo e de fácil utilização e inclui uma série de vídeos de titulares de IG de toda a Europa, onde descrevem as suas experiências e a forma como beneficiam do reconhecimento que as IG oferecem.

Com este novo instrumento, a Comissão oferece aos produtores e agrupamentos de produtores da UE orientações claras sobre a forma de registar os nomes dos seus produtos agroalimentares ao abrigo dos regimes de qualidade da UE, apoiando pedidos mais bem-sucedidos.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Conselho e Parlamento chegam a acordo para avançar contra práticas comerciais desleais no setor agroalimentar

O Conselho da UE e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre um novo regulamento para combater práticas comerciais transfronteiriças desleais na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. A legislação visa reforçar a posição dos agricultores e melhorar a cooperação entre autoridades nacionais na aplicação das regras.

O regulamento prevê um mecanismo de assistência mútua, permitindo a troca de informações e a coordenação de investigações entre Estados-Membros, incluindo casos envolvendo compradores fora da UE. Estabelece também medidas de proteção para fornecedores, regras de cobertura de custos e confidencialidade, e um mecanismo de ação coordenada para práticas desleais em grande escala que envolvam pelo menos três países.

O acordo provisório será agora aprovado formalmente pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, antes de entrar em vigor.

Pode saber mais sobre este acordo [aqui](#) e consultar [aqui](#) a reação do Parlamento Europeu.

Conselho da UE autoriza negociações com o Reino Unido sobre comércio agroalimentar e emissões

O Conselho da União Europeia aprovou esta semana o início das negociações com o Reino Unido para estabelecer um acordo sobre um espaço sanitário e fitossanitário comum (SPS) e para ligar os sistemas de comércio de emissões de gases com efeito de estufa (ETS).

O acordo SPS pretende facilitar o comércio de produtos agrícolas entre as partes, reduzindo formalidades e controlos ao alinhar as normas sanitárias e fitossanitárias britânicas com as europeias. Esse alinhamento também irá beneficiar a Irlanda do Norte, garantindo o seu acesso simultâneo ao mercado único da UE e ao mercado interno do Reino Unido, no quadro do Acordo de Windsor.

Já a ligação entre os ETS da UE e do Reino Unido deverá permitir o comércio de licenças de emissão, reforçar os objetivos comuns de neutralidade carbónica e prevenir a fuga de carbono. O futuro acordo abrangerá setores como energia, indústria e transportes e criará condições para isenções mútuas no mecanismo de ajustamento das fronteiras carbónicas (CBAM).

As negociações agora autorizadas pela Comissão Europeia seguem o entendimento comum alcançado em maio de 2025 e, após concluídas, os acordos precisarão do aval final do Conselho para entrarem em vigor.

Pode saber mais [aqui](#).



Ambiente

Eurodeputados aprovam meta climática da UE para 2040 com redução de 90% nas emissões

Os eurodeputados [aprovaram](#) uma proposta vinculativa para a União Europeia reduzir em 90% as emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, em relação aos níveis de 1990, como parte do compromisso para alcançar a neutralidade climática até 2050. A votação na Comissão do Ambiente, do Clima e da Segurança Alimentar (ENVI) resultou em 55 votos a favor, 32 contra e 0 abstenções.

O texto prevê maior flexibilidade para os Estados-Membros, permitindo que até 5% das reduções possam ser feitas por meio da compra de créditos de carbono internacionais de alta qualidade a partir de 2036, acima dos 3% inicialmente propostos pela Comissão Europeia. Também está prevista a utilização de remoções permanentes de carbono a nível nacional para compensar emissões difíceis de eliminar, além de flexibilidades adicionais entre setores e instrumentos para garantir custos eficientes e justiça social.

Além disso, foi aprovado o adiamento do início do sistema ETS2 para 2028, abrangendo emissões de CO2 de edifícios e transportes rodoviários. A proposta inclui ainda uma revisão bienal pela Comissão Europeia que avaliará o progresso em função dos dados científicos, avanços tecnológicos e impacto econômico, podendo propor ajustes para fortalecer o quadro climático europeu, sem comprometer competitividade e coesão social. A posição aprovada abrirá caminho para as negociações com os Estados-Membros sobre a legislação final.

UE lança novas iniciativas para reforçar a resiliência hídrica na Europa

A Comissão Europeia apresentou novas iniciativas para fortalecer a resiliência hídrica em toda a União Europeia, no âmbito da [Estratégia Europeia para a Resiliência dos Recursos Hídricos](#). Entre as principais ações está o lançamento de [Diálogos Estruturados sobre a Água](#), que decorrerão entre 2025 e 2027 em todos os Estados-Membros. Estes diálogos, conduzidos pela Comissária para o Ambiente, Resiliência Hídrica e uma Economia Circular Competitiva, Jessika Roswall, em colaboração com os ministros nacionais responsáveis pela gestão da água, terão como objetivo apoiar os países na implementação das recomendações europeias sobre gestão eficiente dos recursos hídricos. A iniciativa pretende melhorar a prevenção e gestão de escassez de água e de inundações, promover a eficiência no uso do recurso e garantir uma

abordagem coordenada face aos impactos das alterações climáticas. Os diálogos também servirão para partilhar boas práticas, reforçar a cooperação técnica e acelerar o cumprimento das metas estabelecidas até 2027.

No mesmo contexto, o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) [anunciou](#) a criação da décima Comunidade de Conhecimento e Inovação (KIC), centrada nos setores e ecossistemas hídricos, marinhos e marítimos. Esta nova comunidade irá adotar uma abordagem integrada “da fonte ao mar”, alinhada com o Pacto Europeu para os Oceanos e a [missão da UE “Restaurar os nossos oceanos e águas”](#).

A KIC irá apoiar a formação de competências, a investigação aplicada e a comercialização de soluções inovadoras para restaurar e proteger o ciclo da água, contribuindo para a transição verde e azul na Europa. Através da colaboração entre instituições de ensino, empresas e autoridades públicas, espera-se impulsionar o desenvolvimento sustentável e reforçar a segurança hídrica e ambiental na União Europeia.

Parlamento Europeu acelera simplificação da lei da UE sobre desflorestação

O Parlamento Europeu [aprovoou](#) esta semana o uso do procedimento de urgência para acelerar a análise da proposta que simplifica a aplicação da lei da União Europeia sobre a desflorestação. O regulamento visa garantir que os produtos vendidos no mercado europeu não resultem de terras desflorestadas e contribui para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade.

Adotada em abril de 2023, a [legislação](#) abrange produtos como cacau, café, óleo de palma, soja, madeira, borracha, carvão vegetal, papel impresso e gado. Segundo o regulamento adotado, as grandes empresas deverão começar a cumprir as novas regras a partir de dezembro de 2025, enquanto as micro e pequenas empresas terão até junho de 2026, após um [adiamento decidido em 2024](#).

A proposta em discussão prevê a redução das obrigações para os pequenos operadores e comerciantes de países considerados de baixo risco, bem como para aqueles que transacionam produtos já colocados no mercado da UE.

Os deputados europeus irão votar o conteúdo do dossier durante a sessão plenária de 24 a 27 de novembro, em Estrasburgo.

Eurodeputados querem uma redução de 90 % das emissões na legislação climática da UE

O Parlamento Europeu [aprovoou](#) a sua posição sobre a nova meta climática da União Europeia, propondo uma redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, face aos níveis de 1990. A posição do Parlamento foi aprovada por 379 votos a favor, 248 contra e 10 abstenções. O documento insere-se no quadro da [Lei Europeia do Clima](#), que tem por objetivo alcançar a neutralidade climática até 2050.

Na posição aprovada, os eurodeputados apoiam a introdução de flexibilidades para os Estados-Membros, permitindo o uso limitado de créditos de carbono internacionais e remoções de carbono a nível nacional, desde que sujeitas a salvaguardas rigorosas. Também defendem adiar por um ano, para 2028, a entrada em vigor do [novo regime de comércio de emissões \(ETS2\)](#), que irá abranger os setores dos edifícios e dos transportes rodoviários.

A Comissão Europeia deverá avaliar os progressos rumo à meta de 2040 a cada dois anos, tendo em conta os avanços científicos, tecnológicos e económicos. Com base nessa revisão, o órgão executivo da UE poderá propor ajustes à legislação climática da UE.

À aprovação deste documento pelo Parlamento, seguir-se-ão as negociações no Conselho Europeu entre os Estados-membros para determinar a forma final da lei.

Parlamento Europeu apoia regras mais simples para relatórios de sustentabilidade e dever de diligência

O Parlamento Europeu aprovou esta semana novas regras destinadas a simplificar as obrigações das empresas em matéria de sustentabilidade e dever de diligência, com 382 votos a favor, 249 contra e 13 abstenções. O objetivo é reduzir encargos administrativos, melhorar a clareza das normas e adaptar os requisitos à dimensão das empresas.

Segundo a proposta aprovada, apenas as grandes empresas — com mais de 1 750 trabalhadores e um volume de negócios anual acima de 450 milhões de euros — terão de divulgar informações sobre impactos sociais e ambientais. Segundo as novas regras aprovadas no Parlamento Europeu, as normas de reporte passam a ser mais sintéticas e, em muitos casos, voluntárias. Do mesmo modo as pequenas e médias empresas ficarão isentas de fornecer dados adicionais aos seus parceiros comerciais.

No domínio do dever de diligência, as obrigações passam a aplicar-se apenas a empresas de muito grande dimensão, com mais de 5 000 trabalhadores e um volume de negócios superior a 1,5 mil milhões de euros. Estas entidades deverão avaliar riscos e impactos nas pessoas e no ambiente, sendo responsabilizadas a nível nacional em caso de incumprimento.

O Parlamento propõe ainda a criação de um portal digital único que facilite às empresas o acesso às orientações e modelos necessários para o cumprimento das exigências europeias. O relator Jörgen Warborn (PPE, Suécia) sublinhou que o objetivo é garantir que “a Europa pode ser sustentável e competitiva”.

As negociações com os governos nacionais começam a 18 de novembro, com a meta de alcançar um acordo final até ao final de 2025.

Conselho da UE aprova pacote para simplificar avaliações de segurança química

O Conselho da União Europeia aprovou o pacote legislativo “uma substância, uma avaliação” (OSOA), que visa tornar mais ágil e coerente a avaliação de riscos químicos na UE. As novas regras integradas no pacote visam reduzir o tempo entre a identificação de perigos e a adoção de medidas regulamentares, reforçando a proteção da saúde pública e do ambiente.

O pacote harmoniza os procedimentos de avaliação em setores como dispositivos médicos, brinquedos, alimentos, pesticidas e biocidas, e cria uma [plataforma comum de dados](#) gerida pela Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA). Essa plataforma irá reunir informações provenientes de mais de 70 atos legislativos e incluirá uma base de dados de alternativas mais seguras, de modo a incentivar o uso de substâncias sustentáveis.

Os três atos legislativos do pacote também redistribuem responsabilidades científicas entre as agências da UE, evitando sobreposições e promovendo maior cooperação.

Após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, as novas regras entrarão em vigor dentro de 20 dias, e a plataforma deverá estar operacional em até três anos.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre o pacote aprovado.

Emissões de gases com efeito de estufa da UE diminuem 0,4% no segundo trimestre de 2025

Segundo uma estatística divulgada pelo Eurostat, as emissões de gases com efeito de estufa da economia da União Europeia totalizaram 772 milhões de toneladas de CO₂ equivalente no segundo trimestre de 2025, o que representa uma redução de 0,4 por cento face ao mesmo período de 2024. No mesmo intervalo de tempo, o produto interno bruto (PIB) da UE registou um crescimento de 1,3 por cento, o que confirma uma dissociação gradual entre o crescimento económico e o aumento das emissões.

Entre os setores com maiores reduções destacaram-se o fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado (-2,9 por cento), a indústria transformadora (-0,4 por cento) e os transportes e armazenamento (-0,4 por cento). Em contrapartida, as emissões resultantes do consumo das famílias aumentaram 1 por cento.

A nível nacional, as emissões diminuíram em 12 Estados-Membros, mantiveram-se estáveis na Estónia e aumentaram em 14 países. As maiores reduções foram observadas na Eslovénia (-8,6 por cento), nos Países Baixos (-5,9 por cento) e na Finlândia (-4,2 por cento). Entre os países com menores emissões, três — Finlândia, Alemanha e Luxemburgo — registaram também uma contração do PIB, enquanto os restantes nove combinaram crescimento económico com uma diminuição das emissões.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão dá luz verde ao terceiro pedido de pagamento da Finlândia no valor de 244,9 milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão Europeia [avaliou](#) positivamente o terceiro pedido de pagamento da Finlândia de 244,9 milhões de euros em subvenções ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o elemento central do [NextGenerationEU](#).

Na sequência da sua avaliação do pedido de pagamento, a Comissão concluiu que a Finlândia cumpriu satisfatoriamente 16 marcos e 6 metas estabelecidos na [decisão de execução do Conselho](#) para a terceira parcela.

As reformas e os investimentos associados a este pedido de pagamento impulsionarão mudanças positivas para os cidadãos e as empresas na Finlândia, nomeadamente nos domínios da conservação da natureza, da inovação e da educação.



Cultura e Comunicação

Comissão Europeia lança Bússola Cultural para reforçar o papel da cultura na Europa

A Comissão Europeia [apresentou](#) esta semana a [Bússola Cultural para a Europa](#), um novo quadro estratégico destinado a orientar as políticas culturais da União e a garantir que a cultura assuma um papel central na identidade europeia, coesão social e competitividade.

A Bússola define quatro direções estratégicas: defender os valores e direitos culturais europeus; apoiar artistas e profissionais da cultura; reforçar a competitividade e a resiliência através da cultura e do património; e promover as relações culturais internacionais.

Entre as medidas previstas estão uma Carta dos Artistas da UE para garantir condições de trabalho justas, um Prémio Europeu para as Artes do Espetáculo, um Centro de Dados Culturais da UE, uma Rede de Jovens Embaixadores Culturais e uma estratégia de inteligência artificial para os setores culturais e criativos.

A Comissão propôs ainda ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração conjunta sobre a cultura, que consolidará o compromisso político de concretizar esta visão. Um relatório sobre o estado da cultura na EU irá acompanhar a implementação das ações, com especial atenção à liberdade artística e à sustentabilidade do ecossistema cultural europeu.



Defesa e Segurança

Parlamento Europeu homenageia vítimas dos atentados de Paris

Durante a sessão plenária de 12 e 13 de novembro de 2025, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, liderou uma [homenagem](#) às vítimas dos atentados de 13 de novembro de 2015 em Paris. Metsola recordou as 130 pessoas mortas, os 400 feridos e os inúmeros traumatizados, afirmando que o terrorismo é um ataque aos valores europeus, à paz e à tolerância.

“Quando confrontados com o terror, a solidariedade triunfou sobre a divisão. É isto que significa ser europeu”, declarou. A presidente também reiterou o compromisso do Parlamento na luta contra o terrorismo e a radicalização, e anunciou que irá representar a instituição nas cerimónias comemorativas em Paris.

Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Europa e América Latina reforçam laços na Cimeira CELAC-UE

Durante IV Cimeira CELAC-UE, realizada em Santa Marta, Colômbia, os líderes da União Europeia e de 33 países da América Latina e das Caraíbas renovaram o compromisso com uma parceria birregional fundamentada na defesa da democracia, dos direitos humanos, da justiça social e do multilateralismo. O encontro resultou na aprovação da Declaração de Santa Marta e de um roteiro que orienta ações conjuntas para o período de 2025 a 2027, visando reforçar o diálogo político, a cooperação e a transformação de prioridades em resultados concretos.

Entre os principais resultados da cimeira está o acordo para avançar em projetos estratégicos, como o investimento de 6,86 mil milhões de euros em 24 projetos de energia limpa e a ampliação das redes digitais, com destaque para a nova supercomputação birregional em inteligência artificial e a expansão do programa BELLA que visa uma maior conectividade entre Europa e América Latina através de cabos submarinos. Adicionalmente, a parceria Stormwatch foi lançada para fortalecer a preparação para catástrofes naturais, utilizando dados de satélite e inteligência digital para proteger as populações mais vulneráveis nas Caraíbas.

A cimeira também reafirmou o compromisso conjunto com o comércio aberto, transparente e equitativo, defendendo o avanço nas negociações do acordo Mercosul-União Europeia, considerados vitais para a prosperidade e o crescimento das duas regiões. O fortalecimento das cadeias de valor sustentáveis, especialmente com investimentos em novos setores como a transformação de algas sargassum e programas voltados à segurança alimentar, saúde, educação e pesquisa científica, também foram outros dos resultados do encontro.

No campo da segurança e justiça, os líderes anunciaram o lançamento da Aliança UE-CELAC para a Segurança dos Cidadãos, que visa ampliar a cooperação policial, judicial e de fronteiras em temas críticos como o combate ao crime organizado e ao narcotráfico. O texto da declaração sublinha ainda o apoio à solução pacífica de conflitos, com forte preocupação pelo impacto da guerra na Ucrânia e pelo agravamento da situação em Gaza, reforçando a necessidade de respeito ao direito internacional e à proteção de civis.

Por fim, foi celebrado entre a EU e a CELAC um Pacto Birregional sobre Cuidados, que irá promover debates estruturados para aprimorar políticas sociais, valorizar profissionais do setor e ampliar o apoio às famílias, especialmente no que diz respeito à igualdade de género.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais resultados alcançados na Cimeira.

UE envia mais 1 milhão de euros em ajuda humanitária ao Sudão

A União Europeia [anunciou](#) o envio de mais 1 milhão de euros em ajuda humanitária ao Sudão, em resposta à intensificação dos combates e ao êxodo provocado pela tomada da cidade de El Fasher, no norte do Darfur, pelas Forças de Apoio Rápido. O país enfrenta atualmente a maior crise humanitária do mundo, com milhões de pessoas em fuga e em situação de vulnerabilidade extrema.

Com este novo montante, o apoio total da UE ao Sudão em 2025 ultrapassa os 272 milhões de euros, destinados tanto à assistência às vítimas do conflito interno como aos refugiados sudaneses que procuram abrigo nos países vizinhos.

A dotação adicional irá servir para reforçar a resposta de emergência no norte do Darfur, em especial na localidade de Tawila, que acolhe o maior número de deslocados internos do país. As prioridades imediatas incluem o fornecimento de água potável, serviços de higiene e saneamento, bem como a instalação de abrigos de emergência para as famílias que fogem da violência em El Fasher.

Quarta reunião do comité ministerial conjunto Canadá – União Europeia

A Ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Anita Anand, e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão, Kaja Kallas, reuniram-se em Niagara para o quarto Comité Ministerial Conjunto Canadá-União Europeia (UE) para avançar na relação Canadá-UE e rever os progressos alcançados desde a 20.ª Cimeira Canadá-UE de 23 de junho de 2025.

Pode encontrar [aqui](#) a declaração conjunta difundida após a reunião.

UE reforça apoio financeiro à Ucrânia com quase 6 mil milhões de euros

A União Europeia anunciou esta semana o desembolso de 5,9 mil milhões de euros em apoio financeiro à Ucrânia, reforçando assim o seu papel como principal doador internacional do país. O montante inclui a última parcela de 4,1 mil milhões de euros da assistência macrofinanceira excepcional e mais 1,8 mil milhões de euros no âmbito do [Mecanismo para a Ucrânia](#).

Com este pagamento, a Comissão Europeia conclui o [Programa de Assistência Macrofinanceira](#) extraordinário, que totalizou 18,1 mil milhões de euros em empréstimos concedidos em 2025. O pacote insere-se na iniciativa [Aceleração Extraordinária de Receitas](#) (ERA), liderada pelo G7, que já mobilizou cerca de 30,9 mil milhões de euros em apoio à Ucrânia.

Os empréstimos concedidos pela UE e pelos países do G7 serão reembolsados através das receitas geradas pelos ativos soberanos russos immobilizados na União. O desembolso mais recente também visa apoiar a estabilidade macroeconómica ucraniana e a implementação de reformas previstas no Plano para a Ucrânia, após a conclusão de dez medidas avaliadas positivamente pela Comissão Europeia e aprovadas pelo Conselho.



Economia, Comércio e Concorrência

Conselho da UE aprova medidas para travar afluxo de pequenas encomendas isentas de direitos aduaneiros

O Conselho da União Europeia [adotou](#) novas medidas para combater o aumento de pequenas encomendas importadas sem pagamento de direitos aduaneiros, prática que tem criado concorrência desleal para empresas europeias e levantado preocupações ambientais.

Os ministros das Finanças concordaram em eliminar o atual limiar de 150 euros, abaixo do qual as importações estavam isentas de direitos. A partir de 2028, todas as mercadorias que entram na UE estarão sujeitas aos direitos aduaneiros correspondentes, assim que o novo centro de dados aduaneiros europeu, ainda em negociação com o Parlamento Europeu, estiver operacional.

A Comissão estima que cerca de 65% dessas encomendas sejam declaradas com valores inferiores ao real, sobretudo de origem chinesa, para evitar taxas. Além dos impactos económicos, a fragmentação de envios em pacotes menores tem agravado o impacto ambiental do comércio eletrónico.

Reconhecendo a urgência da situação, o Conselho comprometeu-se ainda a criar uma solução transitória até 2026 que permita aplicar direitos aduaneiros a essas encomendas antes da entrada em vigor do novo centro de dados. O trabalho técnico e legislativo para definir esse novo mecanismo rá continuar nas próximas semanas.

Vendas de alimentos, bebidas e tabaco aumentam ligeiramente na UE em setembro de 2025

As vendas a retalho de alimentos, bebidas e tabaco registaram um pequeno aumento em setembro de 2025, o que reflete uma recuperação tímida, mas constante no setor. De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Eurostat, o índice de volume do comércio retalhista subiu 0,5% na União Europeia em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na zona euro, a variação foi superior, com um crescimento de 1,0%, sinal de uma maior dinâmica entre os países que partilham a moeda única.

Entre os 25 Estados-Membros com dados disponíveis, 15 registaram um aumento anual nas vendas. Chipre destacou-se com a maior subida no volume de comércio retalhista, de 10,4%, seguido de Espanha (4,5%) e Malta (4,4%), refletindo um consumo mais robusto no sul da Europa.

Em sentido oposto, alguns países registaram quebras significativas no volume de vendas. A Estónia apresentou a maior diminuição, com -4,8%, enquanto a Roménia (-4,5%) e a Bélgica (-3,4%) também observaram descidas consideráveis.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Empresas estrangeiras representam apenas 1% na UE, mas geram quase um quarto do valor acrescentado

Dados de 2023 publicados esta semana pelo Eurostat mostram que apenas 1% das empresas produtoras no mercado da União Europeia estavam sob controlo estrangeiro, mas o seu impacto económico é expressivo. De acordo com a agência Eurostat, estas empresas são responsáveis por 16% do emprego e 24% do valor acrescentado total na UE.

A maioria (60%) é controlada por entidades de outros países da própria União, enquanto 40% têm sede fora da UE. O Luxemburgo lidera com a maior proporção de empresas sob controlo estrangeiro (28%), seguido da Estónia (11%). Nos restantes Estados-Membros, esta percentagem não ultrapassa os 5%, sendo mínima na Polónia e na Itália (0,3%).

Os dados evidenciam que, apesar de constituírem uma minoria numérica, as empresas estrangeiras têm um peso económico elevado, o que reflete o seu importante papel na competitividade e internacionalização da economia europeia.

Pode consultar a estatística com mais detalhe [aqui](#).

Salário médio anual na UE sobe 5,2% em 2024

Segundo uma estatística publicada esta semana pelo Eurostat, em 2024, o salário médio anual ajustado a tempo inteiro na União Europeia atingiu 39 800 euros, o que representa um aumento de 5,2% face aos 37 800 euros registados em 2023.

O Luxemburgo manteve-se como o país com o salário médio mais elevado da UE (83 000 euros), seguido pela Dinamarca (71 600 euros) e pela Irlanda (61 100 euros). Por outro lado, os valores mais baixos foram observados na Bulgária (15 400 euros), Grécia (18 000 euros) e Hungria (18 500 euros).

Pode consultar [aqui](#) a estatística.

Diálogo macroeconómico com os parceiros sociais da UE

A Presidência do Conselho, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia reuniram-se com os parceiros sociais europeus em 12 de novembro de 2025 para debater a evolução recente da situação económica, bem como o tema “A importância das reformas do mercado de trabalho e do capital humano para reforçar a competitividade da UE”, selecionado pela Presidência dinamarquesa do Conselho.

O próximo diálogo macroeconómico será organizado sob a Presidência cipriota.

Pode consultar [aqui](#) algumas das posições tomadas pelas partes durante o diálogo.

Comissão investiga Red Bull por alegado abuso de posição dominante no mercado de bebidas energéticas

A Comissão Europeia iniciou uma investigação formal antitrust à Red Bull para apurar se a empresa restringiu ilegalmente a concorrência no setor das bebidas energéticas, em violação das regras europeias que proíbem o abuso de posição dominante.

Segundo Bruxelas, há indícios de que a Red Bull possa ter aplicado, em vários países do Espaço Económico Europeu, uma estratégia utilizada com vista a excluir concorrentes que comercializam bebidas energéticas em embalagens superiores a 250 ml. A alegada prática envolveria, entre outros pontos, a concessão de incentivos comerciais a retalhistas para favorecerem a marca e reduzirem a visibilidade ou disponibilidade dos produtos rivais no canal de venda off-trade, como supermercados e lojas de conveniência.

A Comissão suspeita ainda que a empresa terá tirado partido da sua posição como “gestor de categoria”, função que lhe confere influência sobre a disposição e promoção dos produtos de determinada categoria nas prateleiras para prejudicar diretamente as empresas concorrentes. Este é o primeiro caso em que a Comissão investiga um potencial uso abusivo dessa função como instrumento de distorção da concorrência.

Se confirmadas, as práticas podem constituir violação das regras europeias de concorrência, sujeitas a coimas significativas. A investigação visa apurar se a posição de mercado da Red Bull nos Países Baixos e, possivelmente, noutras Estados-Membros, foi usada para restringir o acesso e a competitividade de outras marcas.

Pode encontrar mais informações sobre o caso [aqui](#).

UE propõe reforço da cooperação para combater a fraude fiscal

A Comissão Europeia apresentou uma proposta para intensificar a cooperação entre a Procuradoria Europeia (EPPO), o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e os Estados-Membros, com o objetivo de reforçar o combate à fraude fiscal, em especial à fraude transfronteiriça ao IVA.

A iniciativa cria uma base jurídica que irá permitir a troca direta de informações e o acesso a dados sobre o IVA, tirando partido da comunicação digital em tempo real prevista no pacote “IVA na era digital». Este mecanismo deverá melhorar a deteção e perseguição da chamada fraude carrossel, responsável por perdas estimadas entre 12,5 mil milhões e 32,8 mil milhões de euros anuais para os contribuintes europeus.

A proposta seguirá agora para análise pelo Conselho da UE e será submetida ao parecer do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social antes da sua adoção formal.

Pode conhecer [aqui](#) melhor a proposta da Comissão.

Educação

Comissão Europeia anuncia financiamento recorde para Erasmus+ 2026

A Comissão Europeia abriu o [convite à apresentação de propostas para o Erasmus+ 2026](#), com um orçamento de cerca de 5,2 mil milhões de euros. O programa continua a promover competências, educação para a cidadania e cooperação transfronteiriça em educação, formação, juventude e desporto, incluindo apoio contínuo a estudantes e educadores ucranianos, tanto dentro da Ucrânia como entre membros da UE e países associados.

Em 2026, o Erasmus+ pretende apoiar mais parcerias e mobilidade no setor escolar, testar métodos de ensino inovadores e reforçar a participação cívica e valores europeus. A iniciativa está alinhada com a estratégia da [União das Competências](#), que visa fomentar emprego de qualidade, aprendizagem ao longo da vida e resiliência, mantendo prioridade global em inclusão, transições digital e ecológica e participação democrática.

O programa deverá beneficiar cerca de 1 275 000 participantes e envolver mais de 100 000 organizações, incluindo instituições de ensino superior, escolas, centros de formação, empresas e organizações de juventude e desporto. As candidaturas devem geralmente ser apresentadas às agências nacionais, com algumas atividades geridas pela Agência Executiva Europeia para a Educação e Cultura (EACEA).

Pode saber mais [aqui](#).

Abandono escolar precoce mais elevado entre jovens com deficiência na UE

Segundo dados divulgados esta semana pelo Eurostat, em 2024, quase metade (44,2%) dos jovens entre os 18 e os 24 anos com deficiência grave abandonou precocemente a educação e a formação na União Europeia, segundo dados recentes. Entre os jovens com alguma deficiência, a taxa de abandono foi de 17,1%, enquanto entre os que não têm deficiência desceu para 8%.

As diferenças de género mantêm-se evidentes: as mulheres, independentemente do grau de deficiência, registam menores taxas de abandono escolar. A estatística revela ainda que a disparidade no abandono escolar precoce é mais acentuada entre os jovens com deficiência grave, onde 49,4% dos homens deixaram os estudos antes do término, face a 38,3% das mulheres.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Emprego e Demografia

Eurodeputados pedem lei para regulamentar a gestão algorítmica no trabalho

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (EMPL) apelou à criação de uma nova legislação que regule o uso da gestão algorítmica e da inteligência artificial nos locais de trabalho da União Europeia.

O objetivo é garantir que os sistemas automatizados de monitorização e tomada de decisões sejam utilizados de forma transparente, justa e segura, sempre sob supervisão humana. Entre as recomendações, destaca-se que nenhuma decisão sobre contratação, despedimento, remuneração ou medidas disciplinares deve ser tomada exclusivamente por algoritmos. A proposta também reforça a proteção de dados, proibindo o tratamento de informações sobre o estado emocional ou psicológico dos trabalhadores, comunicações privadas ou localização fora do horário laboral.

Durante a discussão da proposta, os eurodeputados defenderam ainda o direito dos trabalhadores a serem informados sobre o funcionamento destes sistemas, os dados recolhidos e o impacto nas suas condições de trabalho, bem como o acesso a formação e consulta prévia sobre decisões algorítmicas.

O pedido de iniciativa legislativa foi aprovado com 41 votos a favor, 6 contra e 4 abstenções. A proposta será votada durante a sessão plenária do Parlamento em dezembro. Após essa votação, a Comissão Europeia terá três meses para decidir se avançará com a proposta de lei.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre a proposta legislativa.

Taxa de desemprego de longa duração varia entre 0,4% e 16,3% nas regiões da UE

De acordo com uma estatística publicada pelo Eurostat, em 2024, cerca de 4,2 milhões de pessoas na União Europeia estavam desempregadas há um ano ou mais. Este número corresponde a uma taxa média de desemprego de longa duração de 1,9% da população ativa entre os 15 e os 74 anos.

Entre as 195 regiões europeias analisadas (nível NUTS 2), 82 registaram taxas superiores à média da UE, 106 inferiores e 7 igualaram a média. As disparidades regionais mantêm-se significativas: os números mais elevados concentram-se no sul da Europa e nas regiões ultraperiféricas francesas.

As regiões espanholas de Ciudad de Melilla (16,3%) e Ciudad de Ceuta (15,8%) lideraram as estatísticas, seguidas pela Guadalupe (11,4%) e La Réunion (8,2%), ambas francesas. No sul de Itália, Campânia (9,9%), Calábria (8,3%) e Sicília (8,0%) também se destacaram com níveis elevados.

Por outro lado, 52 regiões apresentaram taxas inferiores a 1%. Estas localizam-se sobretudo no norte da Bélgica, na Chéquia, na Dinamarca, nos Países Baixos, na Áustria e na Polónia. Malta também registou menos de 1%. As taxas mais baixas (0,4%) verificaram-se em Praga e Střední Čechy, na República Checa, e em Utrecht e Noord-Brabant, nos Países Baixos.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Tribunal de Justiça da União Europeia confirma validade da diretiva sobre salários mínimos adequados

A Comissão Europeia saudou [o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia](#) que confirmou, em grande medida, a validade da diretiva relativa a salários mínimos adequados. A decisão, proferida na passada terça-feira, rejeita o pedido da Dinamarca de anular a diretiva na totalidade e reconhece que o texto foi adotado com uma base jurídica sólida.

A Comissão destacou que os salários mínimos adequados são fundamentais para a justiça social, a redução das desigualdades e o reforço do poder de compra dos trabalhadores, além de contribuírem para uma economia mais inclusiva e produtiva. Desde a adoção da diretiva em 2022, registou-se um aumento generalizado dos salários mínimos na Europa e uma diminuição das disparidades entre os valores mais altos e mais baixos na União Europeia.

O Tribunal confirmou igualmente a legalidade das disposições que incentivam a negociação coletiva na definição de salários, consideradas pela Comissão como essenciais para uma proteção mais ampla dos trabalhadores. Foram, no entanto, anuladas partes pontuais de duas

disposições relacionadas com os critérios para fixação dos salários mínimos legais e com a regra que impedia a redução de salários mínimos indexados automaticamente.

A Comissão garantiu que o acórdão não afeta a legislação nacional já adotada para transpor a diretiva e reafirmou o compromisso de assegurar a sua aplicação plena e uniforme em todos os Estados-Membros.

Pode consultar [aqui](#) mais informações.

Oito em cada dez trabalhadores encontram novo emprego com apoio do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Foi publicado esta semana o relatório bienal sobre as atividades do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), que revela que mais de 80 por cento dos trabalhadores despedidos que receberam apoio do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) voltaram ao emprego no prazo de 18 meses.

O relatório destaca o papel central do FEG na requalificação e reintegração profissional de trabalhadores afetados por despedimentos coletivos. Graças ao financiamento do fundo, os beneficiários têm podido desenvolver novas competências, beneficiar de programas de mentoria e orientação profissional, receber apoio na procura ativa de emprego e lançar as suas próprias iniciativas empresariais.

Desde a sua criação, em 2007, o fundo já disponibilizou 719 milhões de euros em 185 casos de despedimentos coletivos, tendo beneficiado mais de 175 mil trabalhadores em 20 Estados-Membros.

O [relatório completo sobre as atividades do FEG para 2023-2024](#) pode ser consultado no portal da Comissão Europeia.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Comissão Europeia lança primeiro Ciclo Anual de Gestão da Migração

A Comissão Europeia lançou o primeiro Ciclo Anual de Gestão da Migração, um novo instrumento do Pacto sobre Migração e Asilo que visa coordenar de forma mais eficaz as respostas dos Estados-Membros aos fluxos migratórios. O ciclo, que será aplicado a partir de junho de 2026, constitui um importante passo na consolidação da política comum de migração da União Europeia.

Para além do anúncio do Ciclo Anual de Gestão da Migração, a Comissão Europeia também revelou os resultados do primeiro Relatório Anual Europeu sobre Asilo e Migração. Este documento aponta para uma redução de 35 por cento nas passagens ilegais de fronteira entre julho de 2024 e junho de 2025, resultado de uma cooperação mais estreita com países parceiros. Apesar da tendência positiva, o relatório sublinha desafios persistentes, como as chegadas irregulares e a pressão sobre os sistemas nacionais de acolhimento, além da instrumentalização da migração por parte da Rússia e da Bielorrússia.

A partir da informação revelada neste relatório, a Comissão identificou quatro países sob forte pressão migratória: Grécia, Chipre, Espanha e Itália. Estes Estados serão elegíveis para apoio financeiro através do futuro fundo de solidariedade da UE. Outros, como Bélgica, Alemanha, França, Polónia e Finlândia, foram classificados em risco de pressão migratória e terão acesso prioritário a mecanismos de apoio e reavaliação rápida das suas situações.

Adicionalmente, Bruxelas anunciou um concurso de 250 milhões de euros destinado à aquisição de drones e sistemas antidrones para ajudar os Estados-Membros que enfrentam ameaças híbridas e incursões crescentes de drones. A proposta de criação do fundo de solidariedade, que estabelecerá as contribuições e responsabilidades de cada Estado-Membro, será agora discutida no Conselho da União Europeia.

Com esta iniciativa, a Comissão procura equilibrar a solidariedade entre os Estados-Membros e a responsabilidade partilhada na gestão dos fluxos migratórios.

Pode obter [aqui](#) mais informação sobre o projeto.

Comissão Europeia propõe novo plano de reinstalação e admissão humanitária para 2026-2027

A Comissão Europeia apresentou esta semana o novo [Plano de Reinstalação e Admissão Humanitária da União Europeia para o período de 2026-2027](#), que define as orientações para a admissão de pessoas necessitadas de proteção internacional através de vias legais.

O plano, baseado em contribuições voluntárias dos Estados-Membros, estabelece metas de reinstalação e admissão humanitária para os próximos dois anos, com foco nas principais rotas migratórias. Prevê também a possibilidade de ajustes consoante a evolução das circunstâncias e das capacidades dos países participantes, tanto dentro da União como em nações parceiras.

No seu comunicado de imprensa, a Comissão sublinha que a reinstalação é um pilar central da política migratória europeia, ao oferecer alternativas seguras à migração irregular e fortalecer a cooperação com países terceiros, nomeadamente no combate ao tráfico de seres humanos e no regresso de migrantes em situação irregular.

De acordo com o plano, os candidatos à reinstalação passam por controlos de segurança e programas de orientação antes da partida, para facilitar a sua integração nos Estados-Membros de acolhimento.

A proposta será agora analisada pelo Conselho da União Europeia, que decidirá sobre a adoção final do plano.

Decisões de proteção temporária atingem o nível mais alto em dois anos na UE

De acordo com uma estatística publicada pelo Eurostat, em setembro de 2025, os países da União Europeia emitiram 79 205 novas decisões de proteção temporária para cidadãos não pertencentes à UE que fugiram da Ucrânia em resultado da guerra de agressão da Rússia. O número representa um aumento de 49% face a agosto e corresponde ao total mensal mais elevado desde agosto de 2023. O crescimento acompanha a lógica de um decreto emitido pelo governo ucraniano, adotado no final de agosto, que passou a permitir a saída de homens entre os 18 e os 22 anos do país sem restrições.

No final de setembro, o número total de beneficiários de proteção temporária provenientes da Ucrânia alcançou 4,3 milhões em toda a UE, o que representa um acréscimo de 49 555 pessoas (+1,2%) face ao mês anterior. A Alemanha, com 1,22 milhões de beneficiários (28,3% do total europeu), manteve-se como o principal país de acolhimento, seguida pela Polónia (1,01 milhões; 23,5% do total de beneficiários de proteção temporária na UE) e pela Chéquia (389 mil; 9%).

Dos 25 Estados-Membros com dados disponíveis, 24 registaram aumentos no número de pessoas protegidas. Os crescimentos mais expressivos foram observados na Polónia (+12 960; +1,3%), na Alemanha (+7 585; +0,6%) e na Chéquia (+3 455; +0,9%). No sentido inverso, França foi o único país onde se verificou um ligeiro decréscimo (-240; -0,4%).

As taxas mais elevadas de beneficiários de proteção temporária por mil pessoas foram observadas na Chéquia (35,7), Polónia (27,6) e Estónia (25,5), enquanto o valor correspondente a nível da UE foi de 9,6 por mil pessoas. Em setembro de 2025, os ucranianos representavam mais de 98,4% de todos os beneficiários do estatuto de proteção temporária da UE, sendo 44% mulheres adultas, 31% menores e 25% homens adultos.^

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Parlamento Europeu apela a nova estratégia ambiciosa para a igualdade de género

O Parlamento Europeu [pediu](#) na sessão plenária desta semana à Comissão que apresente uma estratégia ambiciosa para a igualdade de género para o período de 2026-2030, com medidas concretas para combater a violência baseada no género, garantir direitos reprodutivos e promover a igualdade no trabalho e na representação política. A resolução foi aprovada por 310 votos a favor, 222 contra e 68 abstenções.

Os eurodeputados defendem que a violência baseada no género deve ser reconhecida como crime particularmente grave na União Europeia e que o feminicídio seja tratado como uma infração distinta. O Parlamento também propõe que a violação seja definida na legislação da UE com base no princípio do consentimento e insiste na ratificação da Convenção de Istambul por todos os Estados-Membros.

No domínio da saúde, o Parlamento reclama o acesso universal e igualitário a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o direito ao aborto seguro e legal, que propõe integrar na Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Pede ainda medidas para eliminar as desigualdades de género no acesso a cuidados médicos e fortalecer o apoio à saúde mental sensível às questões de género.

Corpo Europeu de Solidariedade terá orçamento reforçado em 2026

A Comissão Europeia anunciou o lançamento do [convite à apresentação de candidaturas](#) para o Corpo Europeu de Solidariedade 2026, que contará com um orçamento reforçado de 175,3 milhões de euros — mais 5,6 por cento do que em 2025. O anúncio coincide com duas efemérides: os 30 anos do voluntariado europeu, iniciado em 1996 com o Serviço Europeu de Voluntariado, e o décimo aniversário do próprio Corpo Europeu de Solidariedade.

Desde 2016, o programa já proporcionou experiências de voluntariado e solidariedade a mais de 150 mil jovens, através de mais de 22 mil projetos na Europa e além-fronteiras. Em 2026, continuará a apoiar atividades de voluntariado, projetos comunitários e ações de capacitação, centrando-se nas suas quatro prioridades estratégicas para 2021-2027: inclusão e diversidade, sustentabilidade ambiental, transição digital e participação democrática.

A ação centralizada “Equipes de Voluntariado em Áreas de Alta Prioridade” irá, em 2026, concentrar-se em três objetivos: reforçar a ajuda humanitária e a preparação para catástrofes e conflitos, apoiar o desenvolvimento de competências de jovens com menos oportunidades e promover a solidariedade entre gerações, prioridades essas que estão alinhadas com as [orientações políticas da Comissão Europeia para 2024-2029](#).

Com uma taxa de execução orçamental de 100 por cento desde o início do programa, a procura por oportunidades de voluntariado tem superado largamente a oferta, sendo que apenas um em cada dez jovens registados consegue participar. O aumento do orçamento visa alargar o acesso e garantir uma distribuição mais equilibrada das oportunidades entre os Estados-Membros e países parceiros. O programa irá ainda manter o seu alcance global, com um acréscimo de 17,7 por cento nos fundos destinados ao voluntariado em contextos de ajuda humanitária.



Instituições & União Europeia

[Declaração conjunta da Cimeira CELAC-UE 2025](#)

Durante a 4.ª Cimeira Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC)-UE, realizada no passado domingo em Santa Marta (Colômbia), os líderes da UE e da CELAC chegaram a acordo sobre uma declaração conjunta, que pode ser [aqui](#) consultada.



Investigação e inovação científica, ciência

Suíça adere ao Horizonte Europa e a outros programas-chave da UE em matéria de investigação e inovação

A União Europeia e a Suíça firmaram esta semana, em Berna, um acordo que oficializa a participação plena da Suíça no Horizonte Europa, principal programa de investigação e inovação da UE, e em outros projetos-chave como o Europa Digital e o Euratom. A medida, que vigora retroativamente desde 1 de janeiro de 2025, garante aos investigadores, cientistas e empresas suíças igualdade de condições com parceiros dos Estados-membros do bloco, permitindo-lhes liderar consórcios, receber financiamentos diretos e ter acesso a todos os pilares temáticos e instrumentos destes programas.

Entre os destaques do acordo, está a previsão de adesão da Suíça à iniciativa Fusion for Energy a partir de 2026, o que abre espaço para a sua indústria e comunidade científica contribuírem para o ITER, o maior projeto internacional de energia de fusão do mundo. Além disso, há planos para incluir a Suíça no Erasmus+, previsto para 2027, e no programa europeu de saúde EU4Health, assim que o acordo específico de saúde for ratificado.

Este acordo integra um pacote mais amplo, negociado entre março e dezembro de 2024, com o objetivo de consolidar, aprofundar e expandir a cooperação entre UE e Suíça em várias áreas.

Pode consultar [aqui](#) mais informação sobre o acordo de parceria.



Mar e Pescas

Eurodeputados apelam à descarbonização e modernização da frota pesqueira da UE

Os eurodeputados da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu (PECH) discutiram esta semana um relatório no qual propõem a criação de programas de renovação da frota europeia, financiados por fundos nacionais, da UE e também por investimento privado, para acelerar a transição energética do setor. O objetivo é tornar a frota mais limpa, eficiente e sustentável, através da modernização e substituição gradual dos navios.

O relatório, aprovado por 19 votos a favor, três contra e três abstenções, critica as limitações impostas pela Política Comum das Pescas (PCP) e pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), que, segundo os deputados, dificultam a descarbonização e desencorajam o investimento privado. Por isso, os parlamentares propõem alterações legais que permitam combinar financiamento europeu, auxílios estatais e fundos privados em projetos que abranjam desde a conceção até à entrega das embarcações e infraestruturas energéticas.

Os eurodeputados sublinham ainda a importância da modernização e da digitalização para melhorar a eficiência, a segurança e as condições de trabalho dos pescadores. Defendem o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial para otimizar rotas, reduzir consumos e apoiar práticas de pesca seletivas.

O relatório também apela ao desenvolvimento e financiamento de equipamentos inovadores que minimizem as capturas acessórias e preservem a biodiversidade, bem como à revisão da definição de "atividades de pesca", passando a medir o esforço real de captura em vez do número de dias no mar.

A proposta será submetida a votação na sessão plenária do Parlamento que decorrerá entre os dias 15 e 18 de dezembro.

Pode conhecer melhor a proposta [aqui](#).

Audição pública intitulada "Garantir Bases para a Pesca e Aquicultura Sustentáveis na Competição pelo Espaço Marítimo" levada a cabo pela Comissão das Pescas do Parlamento Europeu

A Comissão das Pescas do Parlamento Europeu realizou uma audiência pública intitulada "Garantir Bases para a Pesca Sustentável e a Aquicultura na Competição pelo Espaço Marinho".

Apesar da crescente procura por produtos do mar na UE, o seu setor de aquicultura não está a expandir-se ao mesmo ritmo. Enquanto a produção mundial de peixe para alimentação proveniente da aquicultura se multiplicou, a produção da UE encontra-se estagnada nos segmentos de água doce e de moluscos e cresce a um ritmo muito mais baixo no caso da aquicultura marinha. Atualmente, a UE apenas fornece cerca de um terço da sua procura de produtos do mar, sendo os dois terços restantes importados.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a audição pública, que pode ser revista [aqui](#).

Parlamento Europeu reforça mandato da Agência Europeia de Segurança Marítima

O Parlamento Europeu aprovou durante a sessão plenária, na passada quinta-feira o reforço das competências da Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA), que visa ampliar o seu papel no apoio aos países da União Europeia em matéria de segurança, proteção e vigilância marítima. O novo mandato, [acordado entre o Parlamento e o Conselho em junho](#) e confirmado em outubro de 2025, dá à EMSA mais meios para enfrentar desafios como a guerra da Rússia contra a Ucrânia, as transferências suspeitas entre navios e a desativação de sistemas de identificação automática.

Segundo a proposta do Parlamento, a Agência passará também a assumir um papel reforçado na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na prevenção da poluição proveniente dos navios, ajudando os governos da UE a descarbonizar o setor marítimo e a apresentar relatórios trienais sobre os progressos alcançados.

O mandato inclui ainda novas missões relacionadas com a digitalização e a simplificação administrativa do setor, incluindo formação para as autoridades nacionais em áreas como inspeções de segurança e gestão digital de registos.

A atualização entra em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia e insere-se no [pacote de segurança marítima lançado pela Comissão Europeia em 2023](#), que visa modernizar e reforçar a legislação da União em matéria de segurança e proteção ambiental no mar.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre o mandato do Parlamento.

Parlamento Europeu apoia integração de acordo da ONU sobre biodiversidade marinha na legislação da UE

Durante a sessão plenária desta semana em Bruxelas, o Parlamento Europeu votou a favor da integração do [Acordo Internacional sobre a Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional](#) (BBNJ) na legislação europeia, com o objetivo de proteger os oceanos e travar a perda de biodiversidade. A proposta recebeu 454 votos a favor, 172 contra e 19 abstenções.

A nova diretiva visa alinhar o direito da UE com o acordo das Nações Unidas, que pretende combater a degradação ambiental e as alterações climáticas, em consonância com o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que fixa a meta de proteger 30% dos oceanos até 2030.

O Parlamento Europeu, embora esteja de acordo e apoie a proposta da Comissão, defende maior flexibilidade na aplicação de medidas de gestão em caso de emergência, mais transparência na divulgação das ações dos Estados-Membros e reforço do acesso à justiça.

Com esta votação, o Parlamento está pronto para iniciar as negociações com os governos nacionais sobre a forma final da diretiva.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre a votação desta proposta.

Comissão Europeia publica orientações para apoiar pescadores artesanais e reforçar a transparência na gestão das pescas

A Comissão Europeia [apresentou](#) novas [orientações](#) destinadas a ajudar os países da União Europeia a apoiar os pescadores artesanais e a reforçar a transparência e a boa governação na atribuição das possibilidades de pesca.

O documento surge no contexto de um diagnóstico que identificou falhas nos métodos atualmente utilizados por alguns Estados-Membros, considerados insuficientes perante desafios crescentes como os custos energéticos, as alterações climáticas e a concorrência desleal da pesca ilegal e não declarada. Estes problemas têm afetado de modo especial as frotas costeiras de pequena escala, que representam cerca de 75 por cento dos navios de pesca registados na UE e quase metade do emprego no setor.

As novas orientações convidam os países da UE a rever e a aperfeiçoar os seus critérios de atribuição das quotas de pesca, tendo em conta boas práticas já identificadas. No documento, a Comissão recomenda a integração de critérios ambientais, sociais e económicos, de forma a promover uma utilização mais justa e sustentável dos recursos marinhos e incentivar comportamentos responsáveis, como o uso de artes de pesca seletivas.

Esta iniciativa é o resultado do compromisso da Comissão com organismos científicos e os Estados-membros para avaliar a utilização de critérios transparentes e objetivos na atribuição das oportunidades de pesca.



Mobilidade

Regiões do sudeste da UE concentram maiores taxas de mortalidade rodoviária

De acordo com uma estatística publicada pelo Eurostat, em 2023, a União Europeia registou uma média de 46 mortes nas estradas por milhão de habitantes, mas as diferenças regionais revelam fortes desigualdades. Mais de metade das regiões europeias (52,6%) apresentaram taxas superiores à média, com especial concentração de fatalidades no sudeste da UE.

Entre as áreas mais afetadas destacam-se Severozapaden, na Bulgária, com a taxa mais elevada da União (166 mortes por milhão de habitantes), e várias regiões da Grécia e da Roménia, todas acima das 100 mortes por milhão. A exceção positiva encontra-se em algumas zonas urbanas e capitais europeias, onde as taxas são significativamente menores — Bruxelas, Viena e Berlim registaram, respetivamente, 5, 6 e 9 mortes por milhão.

Na União Europeia, apenas duas regiões não registaram quaisquer vítimas mortais nas estradas em 2023: Åland, na Finlândia, e Ciudad de Melilla, em Espanha.

Pode saber mais [aqui](#).



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Parlamento Europeu suaviza posição e reforça negociação sobre orçamento de longo prazo da UE

Segunda uma notícia avançada pelo jornal POLITICO, o Parlamento Europeu [recuou](#) na ameaça de rejeitar uma parte-chave do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, após concessões da Comissão Europeia. Este foi o resultado de uma reunião realizada de urgência esta segunda-feira, entre a Presidente da Comissão Europeia, do Parlamento e a primeira-ministra da Dinamarca Mette Frederiksen, que atualmente ocupa a presidência do Conselho Europeu.

Nos últimos dias, os principais grupos políticos do Parlamento Europeu — Partido Popular Europeu, Socialistas e Democratas, Liberais e Verdes — pressionaram a Comissão para que esta procedesse a alterações na sua proposta para o próximo QFP, especialmente no que diz respeito aos fundos destinados às regiões e à agricultura. No domingo, véspera da reunião que a Presidente da Comissão Ursula von der Leyen teve com a Presidente do Parlamento Roberta Metsola, a Comissão apresentou ajustes para evitar uma oposição durante a votação marcada para a sessão plenária do Parlamento desta quinta-feira.

A Comissão Europeia propôs várias [concessões](#) para garantir a aprovação do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pelo Parlamento Europeu. Entre elas, introduziu uma «meta rural» que obriga os governos a destinarem pelo menos 10% dos seus planos nacionais à agricultura, de modo a reforçar o financiamento direto aos agricultores já previsto na proposta original. Além disso, a Comissão alterou a gestão dos fundos regionais e agrícolas, atualmente combinados num único fundo controlado pelos governos nacionais, para aumentar o poder dos líderes regionais na decisão sobre o uso dos recursos, incluindo a sua participação nas reuniões de planeamento entre governos e a Comissão. Para acalmar os receios de cortes nos pagamentos às regiões desenvolvidas, a Comissão propôs ainda garantias específicas para a proteção destas regiões, de modo a complementar a já anunciada garantia para as áreas mais pobres.

Com isso, os grupos parlamentares indicaram que não irão apresentar mais nenhuma resolução para bloquear a aprovação do orçamento.

O processo marca uma mudança importante na dinâmica das negociações do orçamento plurianual da UE, com maior diálogo e entendimento entre Parlamento, Comissão e Estados-membros. Essa cooperação interinstitucional será essencial para garantir a aprovação e o sucesso do próximo Quadro Financeiro Plurianual, um instrumento chave para definir as prioridades futuras da União Europeia.

Presidente da Comissão discursa no debate plenário do Parlamento Europeu sobre o novo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, participou esta semana na sessão plenária do Parlamento em Bruxelas durante um debate para discutir a proposta da Comissão para o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034.

Pode ler [aqui](#) o discurso na íntegra e rever [aqui](#) o debate (na gravação entre 17h01 e 19h00).



Saúde

UE fecha nova aquisição conjunta para vacinas contra varíola dos macacos e varíola

A Comissão Europeia [assinou](#) um novo contrato de aquisição conjunta com o fabricante dinamarquês Bavarian Nordic para garantir até 8 milhões de doses da vacina MVA-BN® contra a varíola dos macacos e a varíola. O acordo, celebrado em nome de 20 países participantes e válido por quatro anos, visa assegurar o acesso contínuo dos países da União às vacinas em caso de surtos futuros e contribuir para a preparação sanitária em toda a União Europeia.

O novo contrato complementa o [acordo firmado em 2022](#) e reforça a capacidade da Europa para responder rapidamente a emergências de saúde pública. Além de permitir aos Estados-Membros adquirir doses para uso nacional, a iniciativa apoia a reserva estratégica rescEU de contramedidas médicas, criada para garantir respostas coordenadas a crises de saúde transfronteiriças.



Tecnologia e Informática

UE põe em marcha novas regras para acelerar a conectividade digital de alta velocidade

Entrou esta semana em vigor o [Regulamento Infraestruturas Gigabit \(GIA\)](#), que visa acelerar e simplificar a implantação de redes de fibra ótica e 5G em toda a União Europeia. A nova legislação procura reduzir custos, eliminar entraves administrativos e garantir uma conectividade rápida e fiável, essencial para o avanço da economia digital, da inteligência artificial e da computação em nuvem.

As regras aplicam-se a partir de hoje na maioria dos Estados-Membros, com algumas disposições adicionais a entrarem em vigor nos próximos meses. A Comissão Europeia, em cooperação com os países da UE e o BEREC, acompanhará a execução da lei, que reforça o objetivo europeu de garantir conectividade gigabit para todos até 2030.

A GIA introduz medidas concretas para acelerar a expansão das redes de telecomunicações, incluindo a partilha de infraestruturas físicas entre operadores, a coordenação de obras civis e a instalação conjunta de redes com outros projetos públicos. A iniciativa prevê também a digitalização dos processos de licenciamento, o acesso transparente a informações sobre infraestruturas existentes e a obrigação de equipar novos edifícios e renovações de infraestruturas com cablagem pronta para fibra.

A maioria das disposições da lei aplica-se imediatamente em todos os Estados-Membros da UE, enquanto outras entrarão em vigor nos próximos meses. A Comissão Europeia, em estreita colaboração com os governos nacionais e o Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC), irá acompanhar a aplicação da GIA para garantir uma implementação coerente e eficaz.

Comissão Europeia investiga Google por possível violação da Lei dos Mercados Digitais

A Comissão Europeia anunciou a abertura de uma investigação formal à Google por suspeitas de violação da [Lei dos Mercados Digitais](#) (DMA). O inquérito vai avaliar se a empresa aplica condições justas e não discriminatórias de acesso aos sites dos editores na Pesquisa Google, como exige a legislação.

As suspeitas incidem sobre a política da Google designada “abuso da reputação do site”, através da qual a empresa poderá estar a reduzir a visibilidade de conteúdos de meios de comunicação e outros editores que incluem material de parceiros comerciais. A Comissão teme que esta prática limite a liberdade dos editores monetizarem os seus conteúdos, colaborarem com terceiros e inovarem nos seus modelos de negócio.

Caso sejam confirmadas violações, a Comissão poderá aplicar multas de até 10% do volume de negócios global da Alphabet, valor que poderá duplicar em caso de reincidência. A investigação deverá estar concluída no prazo de 12 meses.

Pode encontrar [aqui](#) mais dados sobre a investigação em curso.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2025, 2026 e 2027.](#)

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2025 e 2026.](#)

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.

Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!

Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.

Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).

Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatriis](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



European Investment Bank



BEI Biológico



Economia, Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões Europeu



CoR Conselho da Europa



Coronavírus



Cultura e Comunicação



Defesa e Segurança



Desporto



Diplomacia e solidariedade externa da UE



Estado de Direito, Democracia e Cidadania



Economia, Empresas



Educação



Emprego e Demografia



Energia



Espaço



FAO



Prémios



Habitação



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania



Ilhas



Indústria



Investigação e inovação científica, ciência



Juventude



IP

Climaz



Life Mar e pescas



Mobilidade



OCDE



Parlamento Europeu



Proteção civil



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (incluir o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões](#)!



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [nímeros anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!